



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 31 – dezembro de 2023

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2023i31p80-99>

***Rapunzel e o Quibungo* no PNLD literário: representação, autoria e
negrismo nas adaptações dos contos de fadas**

***Rapunzel and Quibungo* in the literary PNLD: representation,
authorship and negrism in adaptations of fairy tales**

*Betty Bastos Lopes Santos**

*Luciana Sacramento Moreno Gonçalves***

RESUMO

Este artigo analisa a versão adaptada da obra *Rapunzel e o Quibungo* (2012), aprovada pelo PNLD Literário – 2018. A obra adaptada por Cristina Agostinho e Ronaldo Simões retoma um conto resgatado pelos irmãos Grimm, apresentando a Rapunzel e o príncipe negro, além do Quibungo – o bicho-papão da cultura oral africana –, ambientados na Bahia no espaço da Lagoa do Abaeté. O artigo desenvolve uma reflexão acerca da representação das crianças negras por meio de personagens adaptadas na literatura, cujo teor reproduziu, ao longo de séculos, o ambiente e a visão eurocêntricos. Nessa esteira, desenvolve-se uma discussão sobre a representação, formação e valorização da identidade negra, autoria negra e Negrismo, a partir discussões de autores como Hall (2016), Oliveira (2021) Gomes (2012), Castilho (2004) e Dalcastagnè (2012), apontando para a necessidade da inserção de autores negros e suas produções no campo editorial, principalmente em Programas de incentivo à leitura como o PNLD Literário.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Infantil; Clássicos adaptados; Representatividade; Identidade; Lugar de fala

ABSTRACT

This article analyzes the adapted version of the work *Rapunzel and Quibungo* approved by PNLD Literário - 2018. The work adapted by Cristina Agostinho and Ronaldo Simões takes up a tale rescued by the Brothers Grimm, featuring Rapunzel and the black prince, as well as Quibungo, the animal -bogyman of African oral culture, set in Bahia in the space of Lagoa do Abaeté. The article develops a reflection on the representation of black children through characters adapted from literature, whose content reproduced, over centuries, the Eurocentric environment and vision. In this wake, a discussion is developed about the representation, formation and valorization of black identity, black authorship

* Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Departamento de Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – Salvador – BA – Brasil – bbnlbastos@gmail.com

** Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Departamento de Educação Campus XIII; Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens – Salvador – BA- Brasil - l lmoreno@uneb.br



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 31 – dezembro de 2023

and Negrism, based on discussions of authors such as Hall (2016), Oliveira (2021) Gomes (2012), Castilho (2004) and Dalcastagnè (2012), pointing to the need to include black authors and their productions in the publishing field, especially in reading incentive programs such as PNLD Literário.

KEYWORDS: Children's Literature; Adapted classics; Representativeness; Identity; Place of speech.

Introdução

A literatura é um bem necessário a todo ser humano. Em suas variadas funções, ela tem a capacidade de entreter e divertir, por meio da ficção, que também promove informação e, principalmente, a transformação do leitor. O acesso às histórias infantis que possibilitam o desenvolvimento da imaginação por meio da ficção é elemento quase vital para todo ser humano, pois, partindo do mundo ficcional, a criança aprende a compreender o mundo real e a elaborar estratégias para os problemas que enfrentará no decorrer de sua vida.

Considerando a importância da literatura na vida das crianças desde a mais tenra idade e o papel que os clássicos infantis exercem na formação do sujeito inserido em diferentes contextos sociais com todas as suas implicações, este artigo discute uma adaptação do conto clássico “Rapunzel”, ambientado numa realidade onde as paisagens e os personagens permitem a representação de crianças negras e afrodescendentes dentro desse gênero literário. Essa discussão se torna importante por se tratar de uma forma de adaptação que retoma os contos de fadas tradicionalmente presentes na vida das pessoas, ao longo dos séculos, e que continuam rompendo as barreiras temporais, culturais e sociais, permitindo que grupos sociais, outrora excluídos da representação na literatura, bem como da exposição e valorização de sua cultura nos textos literários, possam também se ver representados nesse campo.

Este artigo se inicia com uma breve retomada sobre os contos de fadas e suas origens, destacando a importância desse gênero na vida e na formação das pessoas ao longo dos tempos. Na sequência, falamos sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Literário, e sua importância como programa de fomento à leitura que abastece os acervos das bibliotecas escolares e também na implementação da Lei n. 10639/03. Na seção subsequente, apresentamos a versão adaptada do conto “Rapunzel e o Quibungo”, fazendo uma breve análise da obra e destacando alguns aspectos importantes acerca da representação de crianças negras na literatura. No ensejo, problematizamos a seleção dessa obra pelo PNLD Literário, no tocante à forma como a obra foi adaptada ao utilizar elementos da cultura africana e afro-brasileira num pano de fundo europeu. Por fim, refletimos sobre a obra adaptada à luz do Negrismo, discutido por Oliveira (2021), apontando as implicações que podem decorrer a partir dessa prática, ressaltando a importância de mais produções literárias de autores negros no mercado editorial e em programas de incentivo à leitura como o PNLD Literário.

1 Os contos de fada de tradição europeia

A pesquisadora e estudiosa dos contos de fadas Nelly Novaes Coelho afirma que, segundo a História da Literatura, a primeira coletânea de contos infantis produzidos em forma de versos foi publicada por Charles Perrault, na França, no século XVII, durante o reinado de Luís XIV, conhecido como rei Sol. Nesse mesmo processo, Jean de La Fontaine, um intelectual de prestígio da corte francesa, dedicou-se ao resgate das fábulas que eram antigas histórias moralistas de origem popular, buscando-as em fontes históricas da Antiguidade (Grécia, Roma, parábolas bíblicas, coletâneas medievais e narrativas medievais ou renascentistas), durante 25 anos, atribuindo-lhes a forma de literatura que vem servindo de inspiração para incontáveis adaptações feitas em todo o mundo – conhecidas como Fábulas de La Fontaine (Coelho, 2003).

Ainda segundo a autora, preocupados com os estudos linguísticos sobre a autêntica língua alemã e suas variantes, os irmãos Grimm passaram a recolher textos da tradição oral constituídos por narrativas, lendas e sagas que ainda permaneciam vivas. Esse trabalho foi possível a partir da preciosa contribuição de duas amigas da família que lhes ofereceram uma imensa massa de textos, resguardados na memória, que, além de servir aos estudos linguísticos, possibilitaram-lhes conhecer as centenas de histórias constituintes do fantástico mundo das narrativas maravilhosas, transmitidas de geração em geração pela tradição oral, o que resultou na produção da coletânea que ficou conhecida como Literatura Clássica Infantil, cujos contos foram publicados avulsamente entre os anos de 1812 e 1822 e, posteriormente, reunidos no volume intitulado *Contos de fadas para crianças e adultos*, atualmente conhecido como Contos de Grimm (Coelho, 2003).

Como essas histórias não eram criadas para o público infantil e sim para os adultos, elas continham excessivos episódios de violência e maldade perpetradas contra crianças, o que levou os irmãos Grimm a corrigir essas situações na publicação da segunda edição, conforme podemos conferir no trecho a seguir:

Nos contos populares medievais, o mundo feudal está representado em toda a sua crueza: o marido que brutaliza a esposa (Grisélidis); o pai que deseja a própria filha (Pele de Asno); as grandes fomes que obrigavam os pais a abandonarem seus filhos na floresta (João e Maria); a antropofagia de certos povos, que se transformava no gigante comedor de crianças (João e o pé de feijão); entre outros. A violência e a

crudelidade desses contos medievais, ao serem adaptados para crianças, por Perrault e pelos Irmãos Grimm, foram ‘suavizadas’, isto é, expurgadas da grande carga de violência dos textos ancestrais (Coelho, 2003, p. 39).

Isso revela também a forma como as crianças eram vistas e tratadas na Idade Média. Segundo o historiador Philippe Ariès, autor do livro *História social da criança e da família*, publicado no Brasil em 1981, na sociedade medieval, inexistia o “sentimento de infância”, o que não significava abandono, negligência ou desprezo, entretanto, esse “sentimento de infância” equivalia à consciência da particularidade infantil que a distinguia essencialmente do adulto mesmo jovem. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (Ariès, 1986, p. 51). Ainda segundo o autor, na iconografia produzida na época, as crianças eram representadas como adultos em miniatura.

No século XIX, o dinamarquês Hans Christian Andersen “torna-se a grande voz a falar para as crianças com a linguagem do coração” (Coelho, 2003, p. 24), uma vez que escrevia contos infantis, embora muitos fossem inspirados em histórias que ouvia na infância (Machado, 2010), ao contrário de Perrault e dos Irmãos Grimm, que resgatavam e adaptavam contos da tradição oral. Em suas narrativas, geralmente, tristes ou com fins trágicos, contou histórias para crianças, sugerindo-lhes “padrões de comportamento a serem adotados pela nova sociedade que naquele momento se organizava” (Coelho, 2003, p. 25). Assim, valores ideológicos consagrados pelo Romantismo eram evidentes em suas histórias, como a defesa da igualdade de direitos e a anulação das diferenças de classes, que são refletidas no conto “A pastora” e “O limpador de Chaminés”, por exemplo.

De acordo com Bettelheim (2002), educador e terapeuta de crianças, o conto de fadas folclórico é o gênero literário mais enriquecedor e satisfatório, tanto para a criança quanto para o adulto, ainda que, segundo ele, os contos ensinem pouco sobre as condições da vida na sociedade moderna, por terem sido criados na antiguidade; eles permitem aprender sobre os problemas interiores dos seres humanos, assim como sobre encontrar soluções diante deles em quaisquer sociedades, uma vez que a criança necessita utilizar seus recursos interiores construídos ao longo de sua vivência para encarar as diferentes condições de adversidade que, certamente, vivenciará. Assim, a criança “[...] necessita de ideias sobre como colocar ordem na sua casa interior e, com base nisso, ser capaz de criar ordem na sua vida”. Para Bettelheim, “[...] a criança encontra esse tipo de significado nos contos de fadas” (2002, p. 3). Dessa maneira, ele assegura que,

Através dos séculos (quando não dos milênios) durante os quais os contos de fadas, sendo recontados, foram se tornando cada vez mais refinados, e passaram a transmitir ao mesmo tempo significados manifestos e encobertos – passaram a falar simultaneamente a todos os níveis da personalidade humana, comunicando de uma maneira que atinge a mente ingênua da criança tanto quanto a do adulto sofisticado (Bettelheim, 2002, p. 3).

Esse percurso possibilita-nos uma breve compreensão sobre como os contos folclóricos ou populares, por nós conhecidos como contos de fadas, chegaram até os dias atuais e continuam exercendo um papel de fascínio na vida de crianças e adultos. Esses contos maravilhosos, além de serem uma boa opção de leitura, também oferecem contribuições positivas para a formação das crianças, ajudando-as a ampliar a percepção sobre o mundo, sobre a vida, sobre os seres humanos, com todas as suas complexidades existenciais atravessadas. Além disso, na perspectiva da psicanálise, os contos de fadas ajudam a criança a elaborar as próprias estratégias de superação das dificuldades que possivelmente encontrará no percurso da vida, por meio da imaginação proporcionada pelo elemento ficcional que estrutura os textos literários.

Ainda sobre a importância dos contos de fadas, Machado (2010) destaca que eles constituem um repertório comum a todos, um tesouro patrimonial que vem sendo preservado por séculos. A autora também aponta o livro *Histórias que Cecília contava* (2011), do pesquisador José Murilo Carvalho, como um indício de que esses contos se fizeram presentes em todos os tempos e em todos os grupos sociais. O livro foi o resultado de um trabalho de resgate das histórias contadas pela lavadeira Cecília e sua sobrinha Doia, mulheres negras que, por volta da década de 1940, eternizavam essas memórias da tradição oral africana, ao redor do fogão à lenha no chão da cozinha da fazenda, onde os irmãos Carvalho, autores do livro, ficavam encantados com suas habilidades de contadora de histórias, conforme podemos verificar no trecho a seguir.

[...] Mas Cecília não descansava. Findo o jantar, ela se tornava o centro das atenções. As crianças lhe exigiam que contasse histórias. Fingia não querer, desconversava. Mas concordava sempre, sem conseguir esconder o prazer que lhe davam essa atividade e o fato de se tornar o centro das atenções. No chão de terra batida da cozinha, ao redor de um pequeno fogo, ela contava e contava até que o sono a derrotasse ou a seus ouvintes ou a todos. [...] Cecília conferia vida à narração, dava voz aos personagens, imitava sons, gesticulava, na melhor tradição dos contadores de histórias africanos (Carvalho, 2011, p. 10).

Os autores José Murilo Carvalho, Maria Selma Carvalho e Ana Emília Carvalho,

crianças que ouviam as histórias contadas por Cecília e por Doia na infância resgataram e transcreveram 22 histórias narradas por elas na época. O marido de Cecília, conhecido por Martinho, também era um contador de “causos”. Isso evidencia que essas histórias sobreviveram pela tradição oral, de geração em geração, pois Cecília era analfabeta, descendente de pessoas que foram escravizadas e nunca saiu do interior de Minas. Os autores afirmam que “[...] a arte de Cecília estava claramente vinculada à tradição africana” (2011, p. 15). Certamente, Cecília ouviu essas histórias da mãe, que deve ter ouvido da sua avó, que ouviu da sua bisavó, escravizadas no Brasil. Assim, José Murilo conclui que “[...] em algum momento, em algum lugar, em alguma fazenda, alguém familiarizado com a tradição folclórica europeia transmitiu os contos para um antepassado de Cecília, talvez a avó, que os decorou e passou adiante” (Carvalho, 2011, p. 16).

Essa afirmação deve-se ao fato de que, surpreendentemente, apenas dois dos 22 contos que foram resgatados da contação de Cecília e Maria das Dores eram africanos, a maioria era de origem europeia e alguns pertenciam aos Irmãos Grimm. Esse fato nos leva a refletir sobre as implicações geradas pela prática do poder colonial que, conforme Rocha, Magalhães e Oliveira (2020, p. 20), além de negar e anular as identidades dos povos não europeus, os retirou da condição de produtores culturais na história, e tudo o que produziram foi classificado como “cultura inferior, selvagem, não-civilizada”, por meio da dominação ideológica. Assim, a Europa foi colocada como o centro da história mundial, negando a existência de outras histórias e culturas que coexistiam antes da instauração da modernidade.

Diante das discussões que se tecem na atualidade sobre a aceitação e a valorização da diversidade das culturas, considerando a decolonialidade como o processo de respeito à convivência de diversas cosmovisões, cabe-nos pensar sobre as características paisagísticas que ambientam as histórias e os personagens que compõem essas narrativas, ao longo dos séculos, além das representações criadas a partir delas e dos impactos surtidos em seus ouvintes ou leitores das obras literárias adaptadas voltadas para o público infantil.

Dessa forma, destaca-se também a supremacia da valorização da cultura branca, europeia, hegemônica que permaneceu e ainda permanece nos dias atuais, principalmente, com relação aos grupos subalternizados que tiveram seu legado cultural historicamente negado, desprezado e substituído por um arcabouço cultural que foi julgado superior num processo de aculturação ocorrido nas diásporas e na colonização. Na sequência, discutiremos sobre a obra *Rapunzel e o Quibungo*, adaptada pelos autores

Cristina Agostinho e Ronaldo Simões, publicada em 2012, e que compõe o acervo do PNLD Literário na edição de 2018.

2 O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD Literário

O PNLD Literário é um programa de distribuição de livros, relativamente novo, pois sua criação data de 2017, assim que o Programa Nacional Biblioteca da Escola foi extinto. Aliás, a descontinuidade é um velho e conhecido problema que afeta os programas de leitura no Brasil, desde longas datas, movida por interesses governamentais que acabam desconsiderando a importância e a necessidade da permanência e durabilidade de determinados programas, cujos resultados apresentam-se positivos e eficientes. Esse era o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que, embora apresentasse algumas falhas, passava por processos contínuos de avaliação em busca de aperfeiçoamento no sentido de garantir o acesso dos estudantes das redes de ensino público à literatura.

Assim, o PNLD Literário, mesmo com bastante limitação em relação ao programa anterior (PNBE), continuou ofertando obras literárias que subsidiassem o trabalho com a leitura para alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, da rede pública de ensino, a partir de 2018.

Diante da importância que esses programas de distribuição de livros revelam no trabalho de fomento à leitura e para a formação de leitores, cabe pensar também sobre as ofertas realizadas nos acervos direcionados aos leitores dessa rede de ensino, focando na urgência de ações que visem à implementação da Lei n. 10639/03, passadas duas décadas de sua existência. Nesse viés, torna-se relevante discutir sobre a proposição de obras que não só contemplem as vozes consagradas na literatura infanto-juvenil brasileira, como também agreguem vozes que rompem com a hegemonia de autores brancos, cujas narrativas privilegiam as tradições culturais europeias legitimadas pela estética dominante supressora das tradições fundantes da nossa nação, como as das narrativas ligadas à história e à cultura africana e afro-brasileira, conforme prediz a lei.

Nesse sentido, um estudo realizado anteriormente por Santos e Gonçalves (2023), no qual foi feito um levantamento das obras que abordavam a temática ligada à cultura negra e a presença de autores negros no PNLD Literário, nas duas primeiras edições (2018 e 2020), revelou que, das 926 obras ofertadas para o Ensino Fundamental e Médio, nas edições analisadas, apenas 82 abordavam questões relacionadas à temática negra,

perfazendo um total de aproximadamente 8,8% das obras que constavam nos guias. Das 82 obras que contemplavam esse recorte de abordagem, apenas 33 delas eram de autoria negra ou afrodescendente, aproximadamente, 40% do total de autores contemplados.

Esses números revelam que muitas narrativas sobre os povos negros ainda estão sendo relatadas por autores não negros, não ocupantes do lugar de fala de pessoas que são afetadas diariamente pelo racismo na sociedade. Com essa análise, não estamos dizendo que isso seja não permitido ou seja algo ruim, entretanto, esses números revelam a pouca inserção de autores negros no campo da produção literária infanto-juvenil brasileira, dentro de um programa de tamanha relevância para a educação.

Outro fato que nos chama a atenção é o percentual de obras que abordam a temática negra, no recorte das edições analisadas. Esse fato sinaliza para a necessidade de maior discussão sobre a temática, e para a intensificação de ações que promovam essas reflexões nos espaços da sala de aula, tendo em vista que o próprio dispositivo legal (Lei n. 10639/03) aponta a área da literatura como um dos campos propícios para o fomento dessas questões.

Diante desses dados, passaremos a uma breve análise sobre a obra *Rapunzel e o Quibungo* na seção seguinte.

3 *Rapunzel e o Quibungo* – entre a ficção e a realidade

Reconhecendo a importância que os contos de fadas têm sobre a vida das crianças e adultos no contato com essas histórias em sua infância, já discutido anteriormente, passaremos, agora, a analisar o livro *Rapunzel e o Quibungo*, uma adaptação feita pelos autores Cristina Agostinho e Renato Simões Coelho, ilustrado por Walter Lara e publicada pela Editora Mazza, em 2012. A Mazza Edições é reconhecida, nacional e internacionalmente pela publicação de “[...] autores/autoras negro(a)s e de livros que abordam os diversos aspectos da cultura afro-brasileira relacionada, por sua vez, a um largo segmento das populações excluídas no Brasil”¹. Portanto, é uma editora que mantém firme esse compromisso com a quebra da hegemonia branca no campo da autoria, bem como na publicação de obras que abordem a temática negra. Nesse sentido, os autores Cristina Agostinho e Renato Simões Coelho publicaram uma coleção composta por seis obras, todas seguindo a mesma perspectiva de adaptar os contos clássicos a

1 Editora Mazza, seção Sobre Nós. Disponível em: <https://loja.mazzaedicoes.com.br/pagina/sobre-nos.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

regiões brasileiras, cujas narrativas são protagonizadas por personagens negras caracterizadas de acordo com os aspectos culturais que definem cada região. Na quarta capa da obra *Rapunzel e o Quibungo*, falando sobre os contos clássicos, eles ressaltam que “[...] pelo fato de seus criadores serem europeus, desde as primeiras publicações no Brasil, estabeleceu-se o pressuposto dos personagens brancos” e completam

[...] entrevemos uma entrada num universo que privilegia esse segmento étnico, e a partir daí, as próprias escolas que adotam esse livro, integram e perpetuam essa preponderância, que afeta diretamente a autoestima das crianças não brancas (Agostinho; Coelho, 2012, quarta capa).

Nessa versão, os autores demonstram preocupação específica com a representação de crianças negras nas produções literárias de abrangência universal que sempre estiveram presentes no imaginário das crianças e, como foi possível verificar, fizeram parte da tradição oral, marcando presença também na vida de crianças e adultos negros que foram escravizados no Brasil, bem como de seus descendentes.

A obra *Rapunzel e o Quibungo* faz parte da Coleção De lá pra cá, composta por seis livros, seguindo a mesma perspectiva no processo de adaptação. Dessa coleção, destacamos, por ter sido selecionada pelo PNLD Literário, na edição de 2018, uma versão do conto folclórico “Rapunzel”, de origem europeia, adaptado pelos Irmãos Grimm, a partir do conto “Persinette”, escrito por Charlotte-Rose de Caumont de La Force. Nessa obra, os autores desenvolvem o enredo baseado na versão primária, ambientando-o no espaço brasileiro, por meio do resgate de elementos da paisagem e das culturas baiana e africana.

A personagem principal, Rapunzel, é uma menina negra que tem cabelos crespos longamente trançados. A história começa com a menina brincando e cantando na Lagoa do Abaeté, um espaço de preservação ambiental cercado por narrativas de encanto e mistério bastante características da Bahia. A voz da garotinha é comparada ao canto do Uirapuru, um pássaro típico da Floresta Amazônica que inspirou muitas lendas indígenas. O Quibungo é uma espécie de bicho-papão malvado da cultura africana, que se encanta pela menina e resolve raptá-la, prendendo-a numa torre de bambu, no alto de uma castanheira. Ao longo do enredo, os autores vão agregando elementos típicos da flora brasileira, como o bambu, que apesar de se concentrar mais na região amazônica é uma árvore de fácil adaptação em outras regiões, presente em abundância também na Bahia. Além disso, as frutas típicas brasileiras também são citadas, como coco, cupuaçu, cajá,

umbu e graviola. Também aparece na narrativa a farinha produzida a partir da raiz da mandioca.

O resgate da Rapunzel é realizado por um príncipe negro chamado Dakarai, que, durante a sua caçada, ouve um canto que reunia um misto de beleza e tristeza ao mesmo tempo, fazendo alusão ao canto do Uirapuru. Ao observar de onde vinha aquela voz, percebe que o Quibungo chegava no pé da torre e pedia a Rapunzel que lhe soltasse as tranças para poder subir. Após deixar a comida (frutas típicas da região e farinha) que levava para a garotinha, o Quibungo ameaçava devorar a menina se não permanecesse quieta na torre. O monstro de origem africana, com uma enorme boca nas costas, que tinha fama de engolir as crianças, assume o lugar da bruxa malvada tradicional em outras versões do conto.

O desfecho, que segue na linha das outras versões, marca a ideia das tranças jogadas por Rapunzel. Mantém-se também a queda do príncipe do alto da torre, nessa versão, causada pelo Quibungo, que corta as tranças da menina, o que acaba provocando a cegueira do príncipe, ao cair num arbusto com espinhos, mas curado pelas lágrimas da Rapunzel. O encanto tradicional dos contos clássicos acontece ao se conhecerem, pois apaixonam-se à primeira vista. O final feliz ocorre também da forma tradicional, Dakarai leva Rapunzel para perto do seu povo, onde vivem “felizes para sempre”.

Essa versão publicada pela Editora Mazza, em 2012, ambienta o conto clássico ao cenário baiano da Lagoa do Abaeté, entretanto, traz elementos que são característicos da região amazônica como o pássaro Uirapuru, uma ave da fauna brasileira, cujo canto é raro, pois só canta 15 dias antes do período do acasalamento, durante a construção do ninho. O seu canto pode durar até 15 minutos e só acontece duas vezes ao dia, ao amanhecer e ao anoitecer.

Além dos elementos naturais característicos do solo brasileiro e baiano, o livro *Rapunzel e o Quibungo* resgata uma figura folclórica da cultura africana herdada por meio da tradição oral que se instaurou aqui no Brasil. O Quibungo é um mostro, uma espécie de bicho-papão, uma variação do Tutu e da Cuca que eram usados para disciplinar as crianças por meio do medo. Oriundo da tradição africana, é um tipo de “Velho do saco”, aquele que devorava as crianças. De enorme feiura, brutalidade e cruel voracidade, foi um personagem da literatura oral afro-brasileira muito utilizado pelos adultos, principalmente pelos mais antigos, durante muito tempo, para controlar e disciplinar o comportamento das crianças.

Quanto aos personagens, temos duas crianças negras que são bem caracterizadas

nas ilustrações feitas por Walter Lara. A Rapunzel negra, caracterizada pelas longas tranças feitas com seus cabelos crespos, contribui para o rompimento da ausência de representação dos personagens negros nas produções literárias que permearam o imaginário infantil ao longo dos tempos, padronizando as personagens de pele e olhos claros e de cabelos lisos. Além da Rapunzel negra, a obra apresenta também um príncipe negro chamado Dakarai, de igual modo bem caracterizado pelo ilustrador Walter Lara, como se pode ver na figura a seguir. Dakarai é um nome de origem africana, que significa felicidade. As ações que envolvem os personagens no enredo positivam a representação das crianças, que, apesar da fragilidade própria, revelam coragem e ousadia diante dos desafios que enfrentam. Essa perspectiva de caracterização valoriza a representação das crianças negras que se veem retratadas na narrativa, construindo uma imagem positivada de si mesmas, na qual elas são vistas como pessoas capazes, inteligentes e que sofrem as mesmas dificuldades que quaisquer outras pessoas, independentemente da cor da pele e dos traços fenotípicos que também são bastante valorizados por meio da linguagem imagética desenvolvida pelo ilustrador.

Figura 1- Rapunzel negra e o Príncipe Dakarai



Fonte: Agostinho; Coelho (2012, p. 3, 13).

Um dos pontos positivos visto nessa adaptação é a representação das crianças negras por meio das ilustrações, o que contribui para positividade da imagem das crianças negras na literatura, valorizando os traços fenotípicos, principalmente, em relação ao cabelo, que é ponto chave na narrativa da Rapunzel. Sabe-se que a criança negra, assim como qualquer outra, necessita se ver representada nas literaturas e, quando isso acontece, ela acessa um processo de autovalorização de seus traços étnicos que foram,

contrariamente, marcados por uma carga de negatividade, como a associação permanente do negro ao estado de subalternidade e subordinação. Destaca-se também a valorização do cabelo crespo que, historicamente, foi visto como algo “ruim”, sinônimo de descuido e até mesmo de falta de higiene.

Assim, a presença de personagens negros nas literaturas infanto-juvenis, representados fora dos padrões pejorativos carregados de traços de negatividade, contribui para a desnaturalização desses estereótipos e, conseqüentemente, para o combate ao racismo ainda tão presente em nossa sociedade.

A produção e a circulação dessas adaptações tornam-se importantes na apresentação e na caracterização de diferentes culturas, possibilitando aos jovens o conhecimento sobre o outro e o seu próprio (re)conhecimento dentro da cultura negra, atribuindo-lhe igual importância diante daquelas culturas que foram consagradas na literatura num espaço de significações repleto de sonho, imaginação e emoção.

A cor da pele e a textura do cabelo são pontos cruciais na discussão sobre a construção da identidade negra e no processo de autovalorização e autoaceitação das meninas e meninos negros. Para Gomes, “[...] o cabelo do negro, visto como ‘ruim’ é a expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito” (2020, p. 29). A atribuição de predicativos que inferiorizam o negro só reforça o processo de discriminação e subalternização a que a população negra foi assujeitada ao longo dos anos. A autora ainda destaca que, na última década, as jovens negras “[...] passaram a assumir a negritude inscrita em seus cabelos como forma de afirmação identitária” (Gomes, 2020, p. 19). Esse é um processo que deve ser desenvolvido nos espaços escolares por meio de discussões, para que as novas gerações não continuem sendo vítimas das mesmas atrocidades e que as crianças aprendam respeitar a diversidade e se perceber dentro dela. Nesse sentido, a literatura em muito contribui, ao trazer personagens negros e negras inseridos num outro contexto sociocultural que não esteja associado à escravidão e à sub-humanidade.

Isso representa um processo gradativo de inserção de novas escritas literárias engajadas nas lutas e ideais antirracistas no mercado editorial brasileiro. Essas produções ajudam a romper com a hegemonia das narrativas europeias centradas na cultura branca que, seguindo a tradição oral ou não, sempre estiveram presentes ao longo dos séculos na história dos brasileiros, na infância ou na idade adulta.

Os autores tentam, nesse processo de adaptação, trazer a história para uma realidade e ambientes cujos significados estabeleçam maior relação com as vivências e as

experiências das crianças negras, mesmo que no mundo ficcional. Para Castilho, a literatura infanto-juvenil, “[...] em termos gerais, ajuda as crianças, além de outras coisas, a construir sua identidade. Num processo de transferência, os pequenos se colocam no lugar dos heróis e vivenciam as sensações dos personagens” (2004, p. 108).

De acordo com Hall (2016), a representação está intimamente ligada à identidade, portanto, a representação de crianças negras nessas obras permite a valorização do “eu” num processo de formação identitária em que personagens com características similares às suas, no que diz respeito à cor da pele, à textura dos cabelos e aos modos culturais, possam ser apreciadas de igual modo, rompendo com as práticas preconceituosas e discriminatórias que ainda vigoram na atualidade. Representar é um processo de produção de significados que são compartilhados entre membros de uma cultura por meio do uso de linguagens, signos e imagens (Hall, 2016). A representação de personagens negras nessas obras promove a quebra da hegemonia na apresentação de personagens brancos, ambientados exclusivamente em espaços europeus, excluindo outras culturas como a africana e afro-brasileira. Esse movimento contribui para o rompimento da supremacia da cultura branca na produção literária.

É importante que as crianças e os jovens tenham acesso a literaturas infantojuvenis que respeitem a diversidade, oferecendo-lhes a possibilidade de conhecer as variadas culturas características da diversidade étnica universal e que proponham, em seus enredos, ideais de tolerância e de respeito ao outro. Nesse sentido, a pesquisadora Eliane Debus afirma que “[...] a literatura pode problematizar reflexões sobre práticas antirracistas para o universo da infância, seja no espaço escolar, seja em outros espaços socioeducativos” (2018, p. 22).

Essas formas adaptativas de obras consideradas clássicos literários são muito comuns, nos tempos atuais, em que presenciamos a ascensão de movimentos e discussões engajados na luta contra o racismo ainda muito impregnado na nossa sociedade. A escola, como um espaço de formação, deve se integrar a esses movimentos, oferecendo caminhos para a desconstrução dos preconceitos historicamente formatados, preparando as crianças para lidar com as dificuldades relacionadas a essas questões de forma reativa e emancipadora, não aceitando mais as ideias de subalternidade que foram e ainda são instituídas contra negros e afrodescendentes ao longo dos séculos. Para esse desafio, a literatura pode ser uma boa aliada!

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre a quebra de paradigmas que determinam o que pode ou não ser considerado como literatura, além de definir quem

pode ou não produzir literatura dentro dos padrões estéticos dominadores. O poder hegemônico cultural que imperou durante longas datas selecionou e determinou estética, social e culturalmente quem poderia produzir literatura. Segundo Dalcastagnè, “a literatura, amparada em seus códigos, sua tradição e seus guardiões” excluiu o “marginalizado” com toda a sua vivência e gama de experiências, o que implicou na perda da pluralidade, elemento enriquecedor da literatura (2012, p. 21).

A exclusão da figura dos negros, bem como de seu capital cultural do acervo considerado como literário, dentro de um espaço social privilegiado e elitizado, trouxe severas consequências para a humanidade, tornando-a altamente egoísta, preconceituosa e racista, de um lado e, de outro, subjugando, excluindo e violentando simbolicamente as classes subalternizadas que foram silenciadas ao longo dos séculos.

Por vezes, a produção dessas adaptações se justifica apenas por uma “obrigação pedagógica”, conforme afirma Cuti (2010, p. 43), ligada ao cumprimento da Lei n. 10639/03, mas não somente por isso – as demandas mercadológicas acabam falando mais alto e direcionando as oportunidades lucrativas.

No caso da adaptação analisada, *Rapunzel e o Quibungo*, trata-se de uma obra selecionada pelo PNLD Literário, na edição de 2018, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que poderá circular nas instituições públicas de ensino, em todo o território brasileiro, a depender da escolha feita pelas instituições como material de incentivo à leitura e de apoio ao trabalho pedagógico. Nesse aspecto, a questão mercadológica que atrai as editoras fica evidente, principalmente por fazer parte de uma política como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático e Literário (PNLD Literário), no qual inúmeros interesses entram em jogo. Diante desse contexto, alguns cuidados são necessários no que diz respeito à representação de crianças negras nessas narrativas e com relação ao foco que cada obra assume no que toca à cultura negra para não reforçar os ideais da colonização pautados no racismo e na acepção negativa de pessoas negras na literatura.

4 O negrismo na produção literária brasileira

O negrismo é considerado por Luiz Henrique Silva de Oliveira (2021) como um procedimento que incide sobre a temática, a autoria, o ponto de vista, a linguagem e as imagens veiculadas pelos objetos artísticos. Para o autor, no negrismo,

Existe uma voz autoral externa à afrodescendência, explícita ou não no discurso, mas que simpatiza com o universo deste coletivo; são abordados temas afro-brasileiros e africanos; há recorrentemente construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade ou africanidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido. Não há um projeto sistêmico de intervenção social por parte dos autores, tampouco um sentido de intervenção coletiva na cena pública (2021, p. 5).

Essa prática se tornou comum no âmbito da produção literária brasileira, segundo Oliveira (2021), desde 1928, movimento que se caracterizou pelo uso do negro como temática, explorando questões relacionadas à escravidão e ao heroísmo de alguns personagens, entretanto, toda a narrativa é pautada numa perspectiva de quem observa os fatos de fora, de quem não vivenciou as experiências que envolveram os povos negros, isenta de voz autoral. Essas histórias contadas por vozes brancas, às vezes, a partir de pontos de vista ainda centrados na visão colonizadora e do lugar do colonizador, representam o poder simbólico e excludente de quem pode narrar as histórias, sentindo-se no direito de contar a história do outro, em sua maioria, autores brancos cujos privilégios sociais sempre lhes foram garantidos. Essa é a base do negrismo.

Os resultados da pesquisa nos guias das obras aprovadas nas edições do PNLD Literário anteriormente (Santos; Gonçalves, 2023) revelam o quanto o negrismo ainda é fortemente praticado no Brasil. Isso significa que os espaços de produção da literatura infantil e juvenil ainda são ocupados por grupos privilegiados, como sempre ocorreu na nossa história, por porta-vozes que produzem e publicam sem grandes dificuldades a literatura para crianças e jovens no Brasil, as quais adentram os espaços escolares por meio de programas de leitura como o PNLD Literário.

No caso das literaturas produzidas pelos autores Cristina Agostinho e Ronaldo Simões e ilustradas Walter Lara também se trata da prática do negrismo, pelo fato de serem autores brancos utilizando personagens negros e elementos da cultura africana com pano de fundo europeu. Outra questão que nos chama atenção, e aí voltamos ao relato sobre Cecília e Doia referido anteriormente, registrado pelos irmãos Carvalho (2012), é sobre como a cultura europeia suplantou a cultura dos povos africanos aqui no Brasil, o que nos leva a questionar por que Cecília só recontou duas histórias de origem africana, conforme afirma o registro dos pesquisadores Carvalho. Por que as histórias ligadas aos povos negros não foram recontadas e não se perpetuaram na tradição oral como os contos clássicos europeus? Por que Cecília e Doia não tinham guardadas na memória as histórias dos seus antepassados e onde ficaram esquecidas essas culturas e tradições?

Acreditamos que essas questões estão relacionadas ao fato de que, ao longo dos séculos, a sociedade buscou reproduzir as tradições europeias como únicas, válidas e “superiores” em detrimento das memórias dos povos aqui escravizados, promovendo um processo de silenciamento e ocultamento de suas epistemes, denominado por Boaventura de Sousa Santos como “epistemicídio” (2018, p. 200).

Assim, reconhecemos que essas publicações ajudam a introduzir no mercado editorial um número maior de obras que abordam a temática e contribuem para a implementação da Lei n. 10639/03, entretanto, torna-se necessário atentar para algumas questões importantes relacionadas à produção dessa literatura, cuja discussão retoma a história e a cultura africana e afro-brasileira, no sentido de não continuar mantendo a perspectiva colonizadora e folclórica em relação aos povos negros, por muito tempo desenvolvida nas narrativas literárias no Brasil.

Nessa linha de pensamento, questionamos também o lugar dos personagens negros protagonizando histórias da cultura europeia nas obras dos autores Cristina Agostinho e Ronaldo Simões. Essa substituição, ao passo que colabora com a ideia de representação das crianças negras, reforça os estereótipos de povos sem passado e sem história que protagonizam histórias europeias. Assim, ao invés de adaptar os contos de fadas com personagens negros e o Quibungo, bicho-papão da cultura africana, no molde europeu, acreditamos que seja mais positivo explorar as histórias oriundas dos povos africanos ou afro-brasileiros, cujas narrativas carregam exemplos de lutas e resistência e trazem personagens que, certamente, encantariam o público infanto-juvenil, além de contribuir para o conhecimento dessa cultura e a desconstrução do racismo na sociedade.

Assim, com essa discussão, não condenamos a prática do negrismo, que se tornou um exercício comum e em grande evidência na produção da literatura infantil e juvenil no Brasil, principalmente, após a aprovação da Lei n. 10639/03, tampouco podemos negar a sua contribuição para o aumento de obras ligadas a essa temática no campo editorial, principalmente, para os públicos infantil e juvenil. Contudo, acenamos para a necessidade de um número maior de autores negros e afrodescendentes que, com voz autoral e mesma capacidade intelectual, artística e criativa, podem contar suas próprias histórias, sem precisar de intermediários ou porta-vozes.

Além disso, deve-se priorizar o resgate das histórias oriundas da cultura africana e afro-brasileira, nas quais as crianças negras e afrodescendentes se vejam genuinamente representadas. Os resultados da análise dos editais (2018, 2020) no PNLD Literário

denotam o quanto os espaços da produção literária ainda são privilégio de autores brancos, cujos nomes já alcançaram reconhecimento nacional no campo da produção literária e atendem aos requisitos da estética dominante.

Considerações finais

No espaço escolar, o trabalho com obras literárias que discutem temáticas relacionadas à história e à cultura negra e afro-brasileira tem relevante importância no contexto de duas décadas da aprovação da Lei n. 10.639/03. Essas literaturas em muito têm a contribuir para a formação identitária das crianças, principalmente negras e afrodescendentes, visto que a presença de personagens que apresentem traços característicos de sua etnia foi quase inexistente nas histórias infantis, num passado bem próximo e, quando apareciam, sempre estiveram associadas ao processo de escravidão, subalternidade e a descrições estereotipadas do negro na sociedade.

É inegável a importância histórica dos contos de fadas da tradição europeia na vida das pessoas, tanto que se fazem presentes até hoje nos espaços escolares, compondo as prateleiras das bibliotecas da maioria das escolas e também do acervo pessoal das crianças cujos pais têm o hábito de contar histórias a seus filhos desde pequenos. Entretanto, refletindo sobre a necessidade e a relevância de que as crianças negras sejam igualmente representadas na literatura a que têm acesso, torna-se crucial pensarmos sobre essas obras que chegam às nossas crianças e jovens, atentando para a forma com elas são estruturadas e, no caso das adaptações, principalmente observando como as personagens negras estão sendo representadas, se protagonizando suas próprias histórias ou aquelas que se mantiveram no bojo canônico da hegemonia branca europeia ao longo dos séculos.

Nesse sentido, é importante oferecer também às crianças negras e afro-brasileiras histórias que recontem as origens dos seus ancestrais, as suas conquistas, as lutas e ações de resistência, seus heróis e heroínas tão invisibilizados pela cultura hegemônica, os valores implantados na cultura brasileira, o rico legado cultural desenvolvido como forma de negação ao apagamento e ao silenciamento de suas epistemes, priorizando a autoria negra na produção dessa literatura.

Referências

AGOSTINHO, C.; COELHO, R. S. **Rapunzel e o Quibungo**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2012. (Coleção De lá pra cá).

AGOSTINHO, C.; COELHO, R. S. **Rapunzel e o Quibungo**. Manual do Professor. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2012. (Coleção De lá pra cá).

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos contos de fadas**. Trad. Arlene Caetano. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.639/2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

CARVALHO, A. E. de; CARVALHO, J. M. de; CARVALHO, M. S. de. **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

CASTILHO, S. D. de. A representação do negro na Literatura Brasileira: novas perspectivas. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 103-113, 2 fev. 2004. Paraná. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68470108.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COELHO, N. N. **O conto de fadas: símbolos mitos arquétipos**. São Paulo: DCL, 2003.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. **Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais**. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Uerj, 2012.

DEBUS, E. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Cortez: Centro de Ciências da Educação, 2018. [livro eletrônico].

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da integridade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HALL, S. **Representação e cultura**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MACHADO, A. M. **Contos de fadas de Perrault, Grimm, Andersen e outros**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

OLIVEIRA, L. H. S. de. **Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928 a 1984)**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

ROCHA, P. H. B. da; MAGALHÃES, J. L. Q. de M.; OLIVEIRA, P. M. P. de. **Decolonialidade a partir do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

SANTOS, B. B. L.; GONÇALVES, L. S. M. A presença de autores negros no PNLD Literário: de que lugar estamos falando? **Revista Tabuleiro de Letras**, v. 17, n. 01, p. 326-340, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/index>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SOUSA SANTOS, B. **Construindo as Epistemologias do Sul**: antologia essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

TATAR, M. **Contos de fadas**: edição comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Data de submissão: 18/07/2023

Data de aprovação: 09/11/2023